



ACÓRDÃO Nº 653/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1582/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Comissão Geral de Licitação – CGL.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Epitácio de Alencar e Silva Neto - Ordenador de Despesa.
- 6- **Advogado (a):** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6389/2016-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Comissão Geral de Licitação - CGL. Exercício de 2014.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Epitácio de Alencar e Silva Neto**, responsável pela Comissão Geral de Licitação, no curso do exercício de 2014, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);

10.2. Determinar à Comissão Geral de Licitação - CGL que:

10.2.1. Abstenha-se de realizar qualquer medida tendente a reter o pagamento de fornecedores quando diante de eventual irregularidade fiscal, haja vista que a retenção do pagamento devido, por não constar do rol do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ofende o princípio da legalidade, insculpido na Constituição Federal;



ACÓRDÃO Nº 653/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2.2. Passe a observar, nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, (como indispensável) a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a Administração, na forma preconizada no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, sempre que não preenchidas as exceções contidas no Informativo nº 153/2013 do TCU;

10.2.3. Passe a analisar melhor a documentação apresentada pelos licitantes, em especial as demonstrações financeiras e contábeis;

10.2.4. Promova o pagamento da contratada já citada nesta Proposta de Voto, a qual foi penalizada em razão da não apresentação de documento referente à regularidade fiscal da empresa.

10.3. Dar ciência ao Responsável, Sr. Epitácio de Alencar e Silva Neto,
sobre os deslindes deste feito.

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Junho de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral